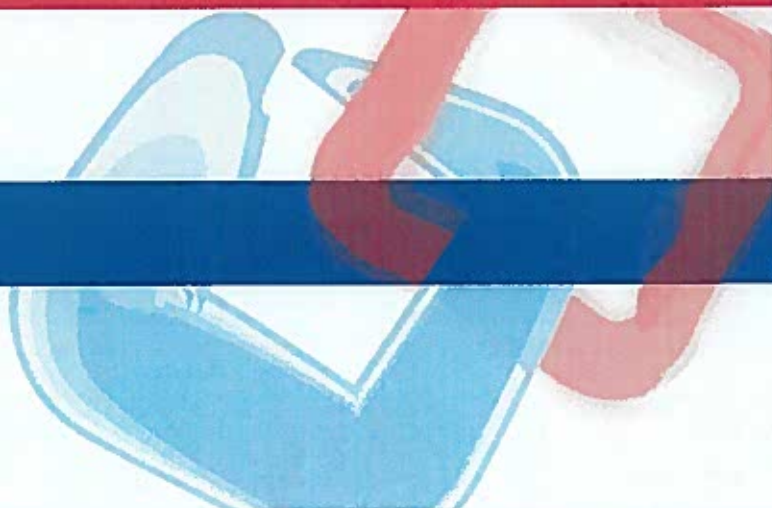


Relatório de Atividades e Contas de 2018



Índice

1-	INTRODUÇÃO	3
2-	PRINCÍPIOS DE AÇÃO	4
3-	NÚCLEO DA QUALIDADE	4
4-	RECURSOS HUMANOS	6
4.1.	Quadro do Pessoal da CERCIVAR	6
5-	TRANSPORTES	7
5.1.	Viaturas	8
6-	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	8
7-	MANUTENÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS	9
8-	RESPOSTAS SOCIAIS	9
9-	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	12
10-	ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL E CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO	12
11-	CONTAS DE 2017	14
12-	ANEXO ANO DE 2017	19
13-	PARECER DO CONSELHO FISCAL	32

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



1- INTRODUÇÃO

O presente relatório, referente ao ano de 2018, pretende demonstrar as atividades levadas a efeito pela Instituição Cercivar, bem assim a demonstração dos resultados da ação da Direção no âmbito da gestão financeira da mesma.

Confrontados com a elaboração de um Plano de Atividades que pretendia proporcionar aos nossos utentes significativos sinais de mais e melhores condições de aprendizagem e de bem estar, e que viria a ser aprovado, a Cercivar centrou, de facto, a sua atividade no desenvolvimento interno e externo de ações de âmbito lúdico-pedagógico, visando o desenvolvimento social e familiar dos nossos utentes e objetivando a sua gradual autonomia e inclusão social.

Em termos de operacionalidade da Instituição, nos mais variados aspetos, o ano de 2018 apresentou-se-nos e apresenta-se-nos como um período que não nos permitiu centrarmo-nos naquilo que verdadeiramente consiste a nossa missão, conduzindo-nos para uma quase permanente inquietação sobre o futuro da mesma.

Na verdade, para além da repetida ausência de disponibilidades para a assunção dos destinos da Instituição Cercivar, situação que permanece e que urge ser resolvida nos termos estatutários, não nos foi possível alcançar o desiderato inicial, em termos de resultados financeiros, a que nos havíamos proposto em termos previsionais, não obstante a permanente preocupação na contenção e eliminação de custos não considerados prioritários.

A rubrica de custos com pessoal continua a absorver em cerca de 98,5% a rubrica de rendimentos com subsídios, doações e legados à exploração, sendo evidente que e a manter-se este rácio, em muito determinado pelos sucessivos aumentos do SMN, sem contrapartida equivalente na rubrica antes mencionada, muito dificilmente se encontrará a desejada sustentabilidade económica e financeira. O complemento necessário para o desejável equilíbrio, poderia advir da capacidade de gerar mais receitas próprias o que não tem sido possível, não só por restrições de natureza protocolar com as tutelas, mas também pela reduzida capacidade dos nossos utentes, na pessoa dos seus familiares, em gerar equilíbrios de participações compatíveis com a qualidade e dignidade daquilo que lhes é oferecido.

Temos, desde algum tempo atrás, procurado acompanhar mais regularmente a vida financeira da Cercivar, procurando, de forma mensal, através da amostragem analítica dos resultados das diversas valências, tomar decisões que nos permitam assumir posições de contingência, aliando um quase permanente diálogo com os colaboradores no sentido da sensibilização dos mesmos para a vida da Instituição, buscando minimizar os efeitos de um quase crónico absentismo.

O resultado líquido negativo do exercício é, em face do acima exposto, de - 187 680,28 €, que, se propõe sejam transferidos para resultados transitados.

Naturalmente, e porque o cumprimento da missão que rege o funcionamento da Instituição não seria possível sem o apoio dos colaboradores que de forma dedicada e com sentido profissional a têm materializado, o nosso reconhecimento pelo seu esforço.

De igual forma é imperioso reconhecer e agradecer aos órgãos sociais a dedicação e disponibilidade dispensadas, bem assim às entidades com quem celebramos acordos e parcerias, nomeadamente a Câmara Municipal de Ovar e a União de Freguesias de Ovar, Arada, S. João e S. Vicente de Pereira Jusã.

A Direção



2- PRINCÍPIOS DE AÇÃO

Visão

Ser uma referência nas áreas de reabilitação, integração e inclusão, pela qualidade: dos serviços prestados, do funcionamento e da cooperação com a comunidade.

Missão

Apoiar a (re)integração na vida social e profissional de pessoas desfavorecidas, nomeadamente indivíduos portadores de deficiência e/ou incapacidade, promovendo o exercício pleno da sua cidadania.

Política da qualidade

Prestar serviços em conformidade com os requisitos aplicáveis, numa organização comprometida com a melhoria contínua, resultante do estabelecimento de metas de qualidade a longo prazo, dotada de cultura ética, colaboradores competentes e identificados com a política da qualidade, equipamentos adequados, assegurando a procura e consolidação de parcerias e a satisfação de todas as partes interessadas.

Valores Organizacionais

- Humanismo
- Solidariedade
- Sustentabilidade
- Inovação e Melhoria Contínua

3- NÚCLEO DA QUALIDADE

Descrição	O Núcleo da Qualidade atua através de um sistema de Gestão da Qualidade com base no referencial EQUASS - European Quality Assurance for Social Services - baseando-se nos princípios da Qualidade, Liderança, Direitos, Ética, Parcerias, Recursos Humanos, Participação, Orientação para o Utente, Abrangência, Orientação para os Resultados, Melhoria Contínua.
-----------	--

Objetivo 1. Projeção de uma imagem positiva, encorajando a melhoria de práticas, uma utilização eficiente dos recursos e fomentando a inovação.

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Valência	Metas	
				Não Atinge	Atinge
Taxa de Sucesso do Plano de Atividades Geral	$(N^{\circ} \text{ de atividades realizadas} / N^{\circ} \text{ de atividades planeadas}) \times 100$	Coordenadores	CAO, LR, RA, SAD, CFP, EEE	<80%	88,0%
Taxa de Execução do Plano de Ação da Cercivar	$(\Sigma \text{ indicadores avaliados positivamente} / \text{total de indicadores}) \times 100$	Coordenadores	Todas	73,8%	$\geq 80\%$
Taxa de Satisfação Global dos Utentes	$[(\Sigma \text{ das avaliações da satisfação global dos utentes}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível de satisfação global dos utentes})] \times 100$	Coordenadores	CAO, LR, RA, SAD, CFP, EEE, CRI	<70%	94,6%
Taxa de Satisfação Global dos Significativos	$[(\Sigma \text{ das avaliações da satisfação global dos significativos}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível de satisfação global dos significativos})] \times 100$	Coordenadores	CAO, LR, RA, CFP, EEE, CRI	<70%	83,4%



[Handwritten signatures and initials]

Taxa de Satisfação das Partes Interessadas	$[(\Sigma \text{ das avaliações de satisfação global das partes interessadas}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível de satisfação global das partes interessadas})] \times 100$	Coordenadores	Todas	<75%	82,0%																
Objetivo 2. Ajustar as condições de trabalho / ambiente de trabalho às necessidades dos colaboradores.																					
Taxa de Satisfação Global dos Colaboradores	$[(\Sigma \text{ das avaliações dos colaboradores quanto à satisfação global}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível de satisfação global dos colaboradores})] \times 100$	Coordenadores	Todas	56,7%	≥70%																
Observações	<table border="1"> <thead> <tr> <th>D.A.F.</th> <th>CA.O.</th> <th>C.R.I.</th> <th>E.E.E.</th> <th>R.A.</th> <th>S.A.D.</th> <th>L.R.</th> <th>C.F.P.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>57,7%</td> <td>58,9%</td> <td>50,0%</td> <td>37,5%</td> <td>52,1%</td> <td>58,3%</td> <td>85,0%</td> <td>45,0%</td> </tr> </tbody> </table>					D.A.F.	CA.O.	C.R.I.	E.E.E.	R.A.	S.A.D.	L.R.	C.F.P.	57,7%	58,9%	50,0%	37,5%	52,1%	58,3%	85,0%	45,0%
	D.A.F.	CA.O.	C.R.I.	E.E.E.	R.A.	S.A.D.	L.R.	C.F.P.													
57,7%	58,9%	50,0%	37,5%	52,1%	58,3%	85,0%	45,0%														
Objetivo 3. Promover os direitos e os deveres dos utentes em termos de igualdade, autodeterminação e participação.																					
Taxa de Satisfação dos Uteses/Significativos Quanto ao Cumprimento de Direitos e Deveres	$[(\Sigma \text{ das avaliações dos utentes/significativos quanto ao cumprimento dos direitos e deveres}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível dos utentes/significativos quanto ao cumprimento de direitos e deveres})] \times 100$	Coordenadores	CAO, LR, RA, CFP, EEE, CRI	<60%	82,4%																
Objetivo 4. Promover princípios, valores e responsabilidades com base no código de Ética.																					
Nº de Ocorrências de Abuso, Negligência e Maus-Tratos	N.º de ocorrências de abuso, negligência e maus-tratos	Coordenadores	CAO, LR, RA, SAD, CFP, EEE, CRI	≥1	0																
Taxa de Satisfação dos Uteses Quanto à Confidencialidade	$[(\Sigma \text{ da avaliação dos utentes quanto à confidencialidade}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível dos utentes quanto à confidencialidade})] \times 100$	Coordenadores	CAO, LR, RA, SAD, EEE, CRI	<50%	93,3%																
Objetivo 5. Manter e criar parcerias com entidades como forma de criar um contínuo de serviços para uma sociedade mais aberta e inclusiva.																					
Taxa de Satisfação Global dos Parceiros	$[(\Sigma \text{ da avaliação dos parceiros quanto à satisfação global}) / (\text{Valor máximo de pontuação possível dos parceiros quanto à satisfação global})] \times 100$	Coordenadores	Todas	<50%	95,0%																
Nº de Protocolos de Parceria (Contribuição para a Sociedade)	N.º de protocolos de parceria (contribuição para a sociedade)	Coordenadores	CAO, RA, CFP, CRI	<26	26																
Objetivo 6. Melhorar o nível de participação dos familiares.																					
Taxa de Participação das Famílias na Elaboração do Plano Individual de Intervenção	$(\text{N}^\circ \text{ de significativos que participam na elaboração do PI} / \text{N}^\circ \text{ de significativos total}) \times 100$	Coordenadores	CAO, LR, RA, SAD, CRI	<20%	51,6%																
Objetivo 7. Consolidar os aspetos relativos à gestão da qualidade.																					
Nº de Processos e Procedimentos que Foram Objeto de Reformulação (Nova Versão do Documento)	Nº de processos e procedimentos que foram objeto de reformulação (nova versão do documento)	Coordenadores	Todas	<1	2																
Objetivo 8. Monitorizar e melhorar os resultados para a melhoria contínua, transparência e responsabilização.																					



Taxa de Satisfação dos Colaboradores, Significativos, Utentes e Parceiros sobre a Disponibilização e Partilha de Informação	$[(\Sigma \text{ das avaliações de satisfação dos colaboradores, significativos, utentes e parceiros, sobre a disponibilização e partilha de informação}) / \text{Valor máximo de pontuação dos colaboradores, significativos, utentes e parceiros quanto à disponibilização e partilha de informação}] \times 100$	Coordenadores	Todas	<70%	77,1%
---	---	---------------	-------	------	-------

4- RECURSOS HUMANOS

Descrição:	A principal missão consiste na boa gestão dos Recursos Humanos, através do desenvolvimento das competências técnicas e interpessoais para um melhor desempenho das funções, tendo como linha orientadora os objetivos e metas da Cercivar.
-------------------	--

Objetivo 1. Melhorar a Qualidade dos Serviços a prestar aos Utentes através da melhoria das competências dos colaboradores da Cercivar.

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Média de horas de formação por colaborador	Nº horas total de formação / Nº Total de colaboradores	Diretora Técnica	9H	≥ 15H
N.º de colaboradores envolvidos na formação	N.º de colaboradores envolvidos na formação	Diretora Técnica	< 65	82
% da satisfação dos colaboradores com a formação realizada	Questionário de Satisfação	Diretora Técnica	Sem dados	

Objetivo 2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utentes garantindo o cumprimento dos requisitos legais de Higiene e Segurança no Trabalho e Medicina no Trabalho.

Consultas realizadas de Medicina do trabalho	Nº de consultas de medicina do trabalho/nº de colaboradores x 100	DAF	88%	≥ 95%
--	---	-----	-----	-------

Objetivo 3. Realizar o sistema de avaliação de desempenho de forma a aumentar a eficiência e eficácia organizacional.

Avaliação de desempenho com resultado positivo na avaliação de desempenho	Avaliações de desempenho com resultado positivo / total de colaboradores com vínculo à Cercivar * 100	DAF	< 60%	100%
---	---	-----	-------	------

Observações: Todas as avaliações realizadas apresentaram resultados iguais ou superiores a "suficiente", isto é, resultado positivo.

Objetivo 4. Promover a integração de jovens/adultos voluntários, na intervenção das diversas áreas/respostas sociais da Cercivar, de forma a desenvolver uma melhoria nos serviços prestados aos seus utentes.

Nº de voluntários integrados na Cercivar	Nº de voluntários integrados e envolvidos na Cercivar	Diretora Técnica	2	≥ 4
--	---	------------------	---	-----

Objetivo 5. Promover a participação ativa dos colaboradores em eventos com a comunidade.

Taxa de participação de colaboradores envolvidos nos eventos da Cercivar, na comunidade	$(\text{Número de colaboradores envolvidos} / \text{Nº total de colaboradores da Instituição}) \times 100$	Direção Diretora Técnica DAF	< 20%	62%
---	--	------------------------------------	-------	-----

4.1. Quadro do Pessoal da CERCIVAR

	Categoria profissional	Habilitações	Área afectada	Observações
1	Diretor Admin. e Financeiro	Bacharelato	Comum a todas as áreas	



3	Téc. Serv. Social	Licenciatura	CAO, LAR-SAD e PE	
8	Psicóloga	Licenciatura	CFP, EEE-CRI, CAO, RA e PE	
2	Monitores	6º Ano	CFP	
1	Monitor	12º Ano	CFP	
2	Monitores	Licenciatura	CFP	
1	Assist. Administ. III	12º Ano	Comum a todas as áreas	
1	Escriturária II	12º Ano	Comum a todas as áreas	
1	Prof. Educ. Física	Licenciatura	Comum a todas as áreas	
1	Trab. Aux. Serv. Gerais	6º Ano	Comum a todas as áreas	
3	Trab. Aux. Serv. Gerais	9º Ano	Comum a todas as áreas	
2	Fisioterapeuta	Licenciatura	EEE-CRI e CAO	
2	Terapeuta da Fala	Licenciatura	EEE-CRI	
1	Aux. Pedagógica	9º Ano	EEE	
	Nutricionista	Licenciatura	Comum a todas as áreas	
1	Cozinheira	9º Ano	Comum a todas as áreas	
1	Ajud. Cozinheira	6º Ano	Comum a todas as áreas	
1	Emp. Limpeza	9º Ano	Comum a todas as áreas	
4	Terapeuta Ocupacional	Licenciatura	RA, CAO e CRI	
1	Monitora	Licenciatura	CAO	
3	Monitora	12º Ano	CAO	
1	Monitora	9º Ano	CAO	
2	Ajud. Estab. Apoio Crianças com Deficiência	12º Ano	CAO	
2	Ajud. Estab. Apoio Crianças com Deficiência	9º Ano	CAO	
1	Ajud. Estab. Apoio Crianças com Deficiência	6º Ano	CAO	
1	Ajud. Estab. Apoio Crianças com Deficiência	4º Ano	CAO	
2	Trab. Aux. Serv. Gerais	4º Ano	CAO	
2	Trab. Aux. Serv. Gerais	6º Ano	CAO	
1	Trab. Aux. Serv. Gerais	9º Ano	CAO	
3	Ajud. Lar Centro Dia 2ª	12º Ano	LAR	
2	Ajud. Lar Centro Dia 1ª	12º Ano	LAR	
1	Trab. Aux. Serv. Gerais	9º Ano	LAR	
1	Ajud. Fam. Dom. 2ª	4º Ano	SAD	
1	Ajud. Fam. Dom. 2ª	6º Ano	SAD	
1	Ajud. Fam. Dom. 2ª	12º Ano	SAD	
2	Ajud. Fam. Dom. 1ª	12º Ano	SAD	
1	Trab. Aux. Serv. Gerais	4º Ano	SAD	
2	Trab. Aux. Serv. Gerais	9º Ano	RA	
9	Ajud. Ação Direta	9º Ano	RA	
2	Ajud. Ação Direta	12º Ano	RA	
2	Ajud. Ação Direta	6º Ano	RA	
1	Diretora Pedagógica	Licenciatura	EEE-CRI	Destacada pelo Min. Educação
1	Médico	Licenciatura	Comum a todas as áreas	Avença

5- TRANSPORTES

Descrição:	O serviço de transportes teve como função principal responder as necessidades de deslocação dos clientes e colaboradores da Cercivar, sendo que estes últimos se referem as funções e serviços que exercem ou prestam à Instituição.		
	Objetivo 1. Prestar um serviço de qualidade aos utentes, gerindo de modo eficaz e eficiente a frota de veículos da Instituição, optimizando, também, os recursos existentes cumprindo as obrigações legais de forma a garantir a segurança.		
Descrição (indicadores)	Responsável	Metas	
		Não Atinge	Atinge



Número de incidentes críticos ocorridos durante o transporte	DAF	> 1	0
Observações: Não foi registado qualquer incidente.			
Número de reclamações relativas ao transporte dos clientes	DAF	> 1	0
Observações: Não foi registada qualquer reclamação.			
Grau de satisfação dos utentes com os serviços de transporte	DAF	< 70%	90%
Observações: A maioria dos utentes respondeu que estavam satisfeitos com o nosso serviço.			
Nota: No ano de 2018 foram registadas 65 reparações nas viaturas utilizadas para transportes de clientes, tendo sido gasto 20.413,73€, mas, não foi registado qualquer incidente crítico nem foi recebido qualquer reclamação relativo ao serviço de transporte dos utentes. No que respeita ao grau de satisfação dos utentes com os serviços de transportes, e tendo em consideração apenas os que usufruem deste serviço e que totalizavam, em 31 de Dezembro, 86 utentes, o resultado final atingiu o esperado sendo que mais de 90% dos utentes estão satisfeitos com este serviço.			

5.1. Viaturas

1 Viatura com 23 + 1 lugar adaptado 2 Viatura de caixa aberta	13 Viaturas Ligeiras	3 Viaturas com 2 lugares (comercial) 1 Viatura com 5 lugares 4 Viaturas com 9 lugares (com lugares adaptados) 5 Viaturas com 9 lugares
--	----------------------	---

6- GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Descrição:	Visa garantir a sustentabilidade económica/financeira da Instituição, através de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos financeiros que possibilitam à Instituição atingir e manter o nível de atividade desejada.			
	Objetivos Estabilidade , no sentido da não afetação do normal funcionamento da Instituição, por falta de pagamento e ser assegurada a capacidade de desenvolvimento da Instituição concretizada no seu esforço de investimento, sem que o risco de falência ou insolvência seja demasiado elevado. Rendibilidade , no sentido de minimização dos custos assumidos perante terceiros a fim de obter os meios financeiros indispensáveis ao seu financiamento, e maximização dos proveitos a receber.			
Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo a Curto Prazo	DAF	< 1	3,07
Autonomia Financeira	Total Capital Próprio/Ativo Líquido	DAF	< 0,11	0,80
Resultado Líquido	Resultado Líquido ano n > R.L. n-1	DAF	(187.680) < (133.704)	Sim
Redução de Custos Anuais	Total gastos ano n / total gastos ano n-1	DAF	1,02	≤ 1
Índice de Desvio da Execução Orçamental	Despesa de funcionamento / Despesas de funcionamento orçamentadas	DAF	4,56	≤ 1
Prazo Médio de Pagamento	Prazo médio de dias de pagamento a fornecedores	DAF	> 90 dias	47
Prazo Médio de Recebimento	Prazo médio de dias recebimento de clientes	DAF	> 60 dias	26
Prazo Médio de Lançamento na Contabilidade	Prazo médio de dias de execução de lançamentos contabilísticos	DAF	> 45 dias	45
Pedidos de reembolsos projetos participados	Número de pedidos de reembolso por ano de 4 + 1 de saldo final por cada projeto	DAF	> 5 + 1	4+1

7- MANUTENÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS

Descrição:	A principal missão consiste em garantir que as infra-estruturas estejam preparadas e equipadas de forma a poder oferecer um serviço de qualidade e conforto, cumprindo, também, com as obrigações legais, onde os utentes e os colaboradores se sintam plenamente satisfeitos.
------------	--

Objetivo 1. Melhorar a qualidade dos serviços a prestar aos utentes, assegurar a operacionalidade dos equipamentos e infra-estruturas e rentabilização e prolongamento do tempo de vida dos equipamentos.

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Nº de reparações em equipamentos	Número de reparações em equipamentos realizadas / nº de reparações em equipamentos sinalizadas	DAF	28	≤ 5
Nº de reparações em infra-estruturas	Número de reparações em infra-estruturas realizadas / nº de reparações em infra-estruturas sinalizadas	DAF	5	≤ 3

8- RESPOSTAS SOCIAIS

Valência	Descrição	O Centro de Atividades ocupacional pretende apoiar pessoas jovens e adultos com deficiência grave e profunda, na área do desenvolvimento pessoal e social, bem-estar e inclusão social, contribuindo para a promoção da qualidade de vida, através de atividades estritamente ocupacionais, atividades socialmente úteis e atividades lúdico terapêuticas.
Centro de Atividades Ocupacionais		

Objetivo 1. Promover a Qualidade de Vida dos utentes através do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação do Plano de Intervenção (PI) de cada utente.

Taxa de sucesso do PI	(N.º de Objetivos Atingidos / N.º de Objetivos Planeados) X 100	Coordenador	< 70%	80%
Taxa de apoios realizados	(N.º de apoios realizados / N.º de apoios previstos) X 100	Coordenador	< 70%	100%

Observações: Os apoios realizados foram substancialmente superiores aos previstos, quer pelas necessidades e recetividade crescentes dos utentes, quer pela alteração na formulação do Plano de Intervenção que exige apoios mais frequentes junto dos mesmos. Esta alteração permitiu igualmente aumentar a taxa de concretização dos objetivos planeados e compreender de modo efetivo às necessidades de cada utente.

Objetivo 2. Promover o conhecimento sobre épocas festivas, promover a socialização e manter o equilíbrio emocional e social.

Taxa de realização de atividades socio culturais	(N.º de atividades socio culturais realizadas/ N.º de atividades socio culturais previstas) X 100	Coordenador	< 79%	100%
--	---	-------------	-------	------

Observações: Para além das atividades socio culturais planeadas, foram desenvolvidas, ao longo do ano, outras não definidas inicialmente no plano de atividades. Durante o período de verão realizaram-se diversas iniciativas que permitiram que os utentes usufruissem de um conjunto de atividades socio culturais mais alargado.

Objetivo 3. Atividades Estritamente Ocupacionais - rentabilizar as diversas salas ocupacionais, de acordo com as potencialidades dos utentes, de forma a melhorar a sua autonomia e capacitação para a participação.

Utentes em experiências Ocupacionais no Exterior	N.º de experiencias realizadas	Coordenador	< 10	10
--	--------------------------------	-------------	------	----

Objetivo 4. Promover o diálogo grupal, gerir conflitos, adquirir competências sobre a vida quotidiana, estimular a interação grupal e entreaajuda e manter o equilíbrio emocional e social.

Grupo de Auto-representantes	(N. de ações implementadas/ n.º de ações propostas) X 100	Coordenador	63%	<79%
------------------------------	---	-------------	-----	------

Observações: As atividades levadas a cabo ao longo do ano exigem uma preparação prévia, nomeadamente ensaios dos utentes, que interferem na rotina diária e que dificultam a gestão do tempo. Estas variáveis externas constituíram um constrangimento que se procurou colmatar, durante o segundo semestre, através da realização de sessões em contexto de sala, promovendo a discussão e interação grupal.

**Objetivo 5. Realizar atividades socialmente úteis, de forma a desenvolver competências pessoais e sociais e promover a inclusão social.**

Taxa de integração de utentes nas ASUS	(N.º de utentes integrados nas ASUS/ N.º total de utentes propostos para ASUS) X100	Coordenador	< 79%	100%
Observações: Foi possível a integração de utentes não propostos inicialmente para as ASUS que pelas suas competências e motivação conseguiram demonstrar aptidão para a realização de tarefas diversificadas.				

Valência	Descrição:	O Serviço de Apoio Domiciliário, é uma resposta social que vai ao encontro das necessidades dos idosos, em que a longevidade das pessoas é mais acentuada e os problemas emergem cada vez mais nesta faixa etária.
Serviço de Apoio Domiciliário		Neste sentido pretendemos prestar um conjunto de serviços (higiene e conforto pessoal, alimentação, apoio na hora da medicação, higiene habitacional, aquisição de bens e serviços, atividades sócio - culturais, apoio psicossocial), que contribuem para o bem estar dos utentes no seu meio sócio familiar, assim como a promoção e defesa dos seus direitos.

Objetivo 1. Realizar atendimentos e/ou visitas domiciliárias aos utentes e outras partes interessadas no que respeita a esclarecimento de dúvidas, à prestação do apoio, à auscultação das necessidades e expectativas e a propostas de melhoria.

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Atendimento e acompanhamento ao utente e/ou familiar	(N.º de atendimentos realizados / N.º de atendimentos solicitados) X 100	Coordenador	< 79%	100%
Taxa de Resposta a visitas domiciliárias ao utente	(N.º de visitas domiciliárias realizadas/N.º de visitas domiciliárias necessárias ou solicitadas) X 100	Coordenador	< 79%	100%
Resposta a solicitações por parte dos utentes e /ou familiares	(N.º de atividades de Advocacy realizadas / N.º de atividades de Advocacy solicitadas) X 100	Coordenador	< 79%	100%

Objetivo 2. Impulsionar a participação em atividades de forma a aumentar o bem estar e diminuir a solidão em que vivem.

Envolvimento na instituição e na comunidade	(N.º de atividades Sócio - culturais realizadas / N.º de atividades Sócio - culturais previstas) X 100	Coordenador	67%	≥ 80%
---	--	-------------	-----	-------

Objetivo 3. Promover a qualidade de vida dos utentes através do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação do Plano Individual de cada utente.

Taxa de sucesso do PI	(N.º de objetivos atingidos no PI/ N.º tde objetivos planeados no PI) X 100	Coordenador	< 70%	100%
-----------------------	---	-------------	-------	------

Valência	Descrição:	O Lar Residencial, constitui-se como uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, na prestação de cuidados individualizados e pessoas com deficiência mental com idade superior a 16 anos, que se encontrem em situação de risco social ou por falta de apoio familiar.
Lar Residencial		Esta resposta procura disponibilizar um conjunto de apoios orientados para a promoção da qualidade de vida, dos quais destacamos: alojamento, cuidados de higiene pessoal, alimentação, apoio psicossocial, cuidados médicos e reabilitação, animação e ocupação de tempos livres.

Objetivo 1. Desenvolvimento de competências de autonomia/funcionalidade.

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge



Realização de atividades sócio- culturais	(N.º de atividades sócio culturais realizados / N.º de atividades sócio culturais planeadas) X 100	Coordenador	< 79%	81%
Realização de atividades cognitivas	(N.º de atividades cognitivas realizadas/N.º de atividades cognitivas planeadas) X 100	Coordenador	60%	≥ 80%
Objetivo 2. Melhorar a articulação com familiares dos utentes, proporcionando um adequado acompanhamento.				
Atendimento e acompanhamento ao utente e/ou familiar	(N.º de atendimentos/contactos realizados/ N.º de atendimentos/contactos solicitados) X 100	Coordenador	< 79%	100%
Resposta a solicitações por parte dos utentes e /ou familiares	(N.º de atividades de Advocacy realizadas / N.º de atividades de Advocacy solicitadas) X 100	Coordenador	< 79%	100%
Objetivo 3. Promover a qualidade de vida dos utentes através do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação do Plano Individual de cada utente.				
Taxa de sucesso do PI	(N.º de objetivos atingidos no PI/ N.º de objetivos planeados no PI) X 100	Coordenador	< 70%	100%
Observações: O sucesso do PI, deve-se à nova formulação do mesmo, que permite compreender melhor as necessidades/capacidades dos utentes, pelo que o trabalho realizado se torna mais objetivo/efetivo.				

Valência	Descrição:	As Residências Autónomas têm como finalidade promover e disponibilizar condições que contribuam para a promoção da qualidade de vida, promoção da autonomia e satisfação das necessidades básicas dos utentes.		
Residências Autónomas		Tendo com objetivo, manter e melhorar o nível da qualidade dos serviços prestados aos utentes e à comunidade.		
Objetivo 1. Promover a Qualidade de Vida dos utentes através do desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação do Plano de Intervenção (PI) de cada Utente.				
Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Taxa de Sucesso do PI	(N.º de Objetivos Atingidos /N.º de Objetivos Planeados) X 100	Coordenador	50%	≥ 70%
Observações: O valor alcançado na taxa de sucesso do PI não atingiu a percentagem necessária para um valor positivo devido a variáveis externas, as quais ultrapassaram o poder de ação da equipa técnica. Tais variáveis prenderam-se com o facto de o objetivo proposto estar dependente de entidades externas (e.g., Bombeiros Voluntários) e dependente, também, do estado emocional do utente e, efetivamente, a labilidade emocional condiciona, negativamente, o alcance das metas propostas.				
Objetivo 2. Promover o conhecimento sobre épocas festivas e atividades de lazer, promover a socialização e manter o equilíbrio emocional e social.				
Taxa de Realização de Atividades Sócio-culturais	(N.º de atividades Sócio-culturais realizadas/ N.º de atividades Sócio-culturais previstas) X 100	Coordenador	< 79%	100%
Observações: Para além da valência Residências Autónomas ter cumprido com as 37 atividades propostas, conseguiu, ainda, realizar mais 13 atividades não contempladas no plano de atividades de 2018.				
Objetivo 3. Promover a inclusão dos utentes na comunidade.				
Número de Experiências Ocupacionais do Utente no Exterior	N.º de Experiências Ocupacionais do Utente realizadas no Exterior	Coordenador	< 50	60



9- CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valência:	Descrição:	O Centro de Formação Profissional continua a ter como missão o desenvolvimento de processos de qualidade que conduzam à satisfação das necessidades presentes e futuras, tendo como objetivo final a inserção socioprofissional dos formandos no mercado de trabalho.		
Centro de Formação Profissional				
Objetivo 1. Aumentar o número de inscrições de formandos para o Centro de Formação Profissional, de modo a aumentar a constituição dos grupos por área profissional.				
Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Taxa de Inscrição no C.F.P.	(N.º de inscrições realizadas / n.º de inscrições previstas) x 100	Coordenador	< 79%	100%
Objetivo 2. Assegurar o desenvolvimento do Plano Individual de Formação para todos os formandos, ao longo do ano, de modo a melhorar a qualidade de vida dos mesmos e o empowerment.				
Taxa de Concretização do Plano Individual de Formação	(N.º de objetivos alcançados / n.º de objetivos previstos) x 100	Coordenador	< 79%	93%
Avaliação da componente tecnológica e formação base	(N.º de avaliações realizadas / n.º de avaliações previstas) x 100	Coordenador	< 79%	100%
Objetivo 3. Promover a criação de protocolos/parcerias, de forma a impulsionar o acesso de pessoas com deficiência e/ou incapacidade no mercado de trabalho, aumentando a sua integração socioprofissional.				
Taxa de colocação de formandos em contexto de trabalho (estágios)	(N.º de formandos em formação prática em contexto de trabalho / n.º previsto de formandos em formação prática em contexto de trabalho) x 100	Coordenador	< 79%	100%
Taxa de colocação no mercado de trabalho	(N.º de colocações de formandos / n.º previsto de colocações de formandos) x 100	Coordenador	26%	≥ 45%

10- ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL E CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Valência:	Descrição:	Apoiar crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais promovendo as aquisições escolares básicas, a estimulação intelectual e a formação pessoal, através das potencialidades de cada aluno, tendo em consideração o seu desenvolvimento e bem-estar, desenvolvendo a comunicação e ligação escola-família.		
Escola de Ensino Especial				
Objetivo 1. Manter e melhorar o nível da qualidade dos serviços aos utentes e à comunidade.				
Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Taxa de reuniões com encarregados de educação	(Nº de reuniões realizadas/Nº de reuniões previstas) x 100	Coordenador	83,33%	100%
Taxa de reuniões técnico-pedagógicas	(Nº de reuniões técnico-pedagógicas realizadas/Nº de reuniões técnico-pedagógicas previstas) x 100	Coordenador	< 100%	100%
Índice de relatórios de atividades elaborado	(Nº de relatórios de atividades mensais elaboradas/ nº meses do ano letivo) x 100	Diretor Pedagógico	< 100%	100%
Índice de atividades realizadas	(Nº de atividades realizadas/Nº de atividades previstas) x 100	Diretor Pedagógico	< 80%	88,24%
Índice de atividades realizadas nas interrupções letivas	(Nº de atividades realizadas / nº atividades previstas (cronograma)) x 100	Coordenador	< 80%	90%

**Objetivo 2. Desenvolvimento de competências académicas e de autonomia / funcionalidade**

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Taxa de avaliações realizadas	(Nº de avaliações realizadas / nº de avaliações previstas de acordo com o calendário escolar) x 100	Diretor Pedagógico	< 100%	100%

Objetivo 3. Assegurar o acompanhamento terapêutico dos alunos.

Índice de sessões de Terapia da Fala	(Nº de sessões de Terapia da Fala realizadas/ Nº de sessões previstas) x 100	Coordenador	< 90%	100%
Índice de sessões de Terapia Ocupacional	(Nº de sessões de Terapia Ocupacional realizadas/ Nº de sessões previstas) x 100	Coordenador	< 90%	95%
Índice de sessões de Psicologia	(Nº de sessões de Psicologia realizadas/ Nº de sessões previstas) x 100	Coordenador	< 90%	92%
Índice de sessões de Fisioterapia	(Nº de sessões de Fisioterapia realizadas/ Nº de sessões previstas) x 100	Coordenador	< 90%	100%

Valência:	Descrição:
Centro de Recursos para a Inclusão	O Centro de Recursos para a Inclusão tem com objetivo geral a inclusão de crianças e jovens com deficiências e incapacidade, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo, em parceria com as estruturas da comunidade.

Objetivo 1. Manter e melhorar o nível da qualidade dos serviços prestados aos alunos, à comunidade e aos agrupamentos de escola.

Descrição (indicadores)	Métrica	Responsável	Metas	
			Não Atinge	Atinge
Índice de frequência de PIT	Nº de PIT's realizados / nº de PIT's previstos x 100	Coordenador	66,67%	≥ 90%

Observações: No questionário de satisfação preenchido pelos alunos a frequentar o PIT no ano de 2015/2016, vários alunos referiram que um dos factos de não quererem continuar a frequentar o Plano Individual de Transição na Cercivar devia-se ao reduzido número de áreas formativas que poderíamos oferecer.

Taxa de PII's elaborados, conjuntamente com professores, encarregados de educação e alunos	[(Número de PII's elaborados conjuntamente com professores, encarregados de Educação e alunos) / (Número total de PII's elaborados)] x 100	Coordenador	< 70%	71%
Índice de objetivos atingidos pelos alunos em sessões individuais	[(Nº de objetivos atingidos pelos alunos em sessões individuais) / (nº objetivos delineados para alunos em sessões individuais)] x 100	Coordenador	< 68%	75,43%
Índice de objetivos atingidos pelos alunos em sessões de grupo	[(Nº de objetivos atingidos pelos alunos em sessões de grupo) / (nº objetivos delineados para alunos em sessões de grupo)] x 100	Coordenador	< 50%	75,43%
Índice de objetivos atingidos pelos alunos em sessões de consultadoria	[(Nº de objetivos atingidos pelos alunos em sessões de consultadoria) / (nº objetivos delineados para alunos em sessões de consultadoria)] x 100	Coordenador	< 50%	75,43%

Objetivo 2. Estabelecer parcerias com os agrupamentos / escolas e elaborar os Planos de Ação e respetiva avaliação nos prazos estabelecidos pela DGESTE.

Taxa de parcerias estabelecidas	{(Nº de parcerias estabelecidas) / (nº de Agrupamentos na área de intervenção do CRI (acompanhados))} x 100	Coordenador	< 100%	100%
---------------------------------	---	-------------	--------	------

Objetivo 3. Promover a participação da família/aluno na intervenção.

Taxa de reuniões com Encarregados de Educação	[(Nº de reuniões realizadas com encarregados de educação) / (Nº de reuniões previstas)] x 100	Coordenador	< 80%	87,47%
---	---	-------------	-------	--------



Taxa de reuniões com Encarregados de Educação para elaboração do PII	$[(\text{N}^\circ \text{ reuniões com encarregados de educação para elaboração do PII}) / (\text{N}^\circ \text{ total de reuniões previstas})] \times 100$	Coordenador	10,64%	$\geq 70\%$
índice de impressos de necessidades/expetativas preenchidos	$[(\text{N}^\circ \text{ de impressos de necessidades/expetativas preenchidos}) / (\text{N}^\circ \text{ total de alunos})] \times 100$	Coordenador	< 100%	100%
Objetivo 4. Assegurar o acompanhamento terapêutico dos alunos				
Índice de sessões de Terapia da Fala	$\text{N}^\circ \text{ de sessões de Terapia da Fala realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de sessões previstas} \times 100$	Coordenador	89,60%	90%
Índice de sessões de Terapia Ocupacional	$(\text{N}^\circ \text{ de sessões de Terapia Ocupacional realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de sessões previstas}) \times 100$	Coordenador	85,88%	90%
Índice de sessões de Psicologia	$(\text{N}^\circ \text{ de sessões de Psicologia realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de sessões previstas}) \times 100$	Coordenador	84,78%	90%
índice de sessões de Fisioterapia	$(\text{N}^\circ \text{ de sessões de Fisioterapia realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de sessões previstas}) \times 100$	Coordenador	71,31%	90%
Observações: A meta para o índice de sessões previstas para o ano letivo 2017/2018 não foi atingido em nenhuma das valências pois tivemos alunos que não foram assíduos às terapias por motivos de saúde e outros que apresentava uma assiduidade baixa à escola.				

11- CONTAS DE 2018

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Fazendo uma análise da situação da cooperativa, verificamos:

- Aumento da dependência dos apoios estatais relativamente ao ano anterior (83,8% do total dos rendimentos de 2018).
- O resultado líquido negativo de 187.680,28€ superior ao de 2017 (+40%), sendo que o EBITDA (Resultados Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortizações) apresenta um valor negativo de 108.008,03€, superior ao do ano anterior que era de 40.874,08 euros.

Comparativamente ao ano anterior, este resultado negativo deriva, principalmente, de:

- Redução, em mais de 45.400€, das participações da Segurança Social devido ao ajustamento do número de utentes, e
- Aumento em mais de 65.000€ do valor de Gastos com o Pessoal provocado pelo:
 - Aumento do SMNG;
 - Maior número de horas extraordinárias;
 - Compensações por fim de contrato; e
 - Indemnização por cessação de contrato.

Passamos a analisar algumas contas e desvios mais relevantes:

• GASTOS

O total de gastos realizados no ano de 2018 foi de 1.679.021 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 85.077 euros (5,3%) e comparativamente ao ano anterior, o desvio verificado foi de 33.708 euros (+2%).

Passamos a analisar algumas contas e desvios mais relevantes:

RUBRICAS	VARIAÇÃO (b/a)	ORÇAMENTO (a)	2018 (b)	2017 (c)	VARIAÇÃO (b/c)-1
GASTOS E PERDAS					
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	13,1%	67 000	75 748	71 878	5,4%



Fornecimentos e serviços externos	-2,9%	219 432	213 161	235 328	-9,4%
Gastos com pessoal	7,8%	1 143 238	1 232 689	1 166 506	5,7%
Gastos de depreciação e de amortização	-11,8%	90 348	79 671	92 861	-14,2%
Outros gastos e perdas	5,2%	73 926	77 752	78 740	-1,3%
TOTAL	5,3%	1 593 944	1 679 021	1 645 313	2,0%

[Handwritten signature]

Na conta de Custos das mercadorias vendidas e materiais consumidos o desvio resulta, principalmente, do aumento do número de refeições servidas, em quase mais 1.800 refeições, e na aquisição de novos produtos para confecção por forma a diversificar as ementas.

A rubrica dos Fornecimentos e serviços externos registou um total de 213.161 euros ficando abaixo do estimado em 6.271 euros e abaixo do ano anterior em 22.167€. Este desvio justifica-se principalmente com a redução nos gastos com: Ferramentas e utensílios, Material de Escritório e Outros serviços alheios a actividade normal da Cercivar.

A conta de Gastos com o pessoal atingiu um desvio de 88.451 euros em termos orçamentais e de 66.183€ comparativamente ao real do ano de 2017. Este desvio é o resultado de:

- Do aumento do salário mínimo nacional garantido (SMNG);
- Do aumento das horas extraordinárias;
- Compensações pagas por fim de contrato;
- Indemnização paga por cessação de contrato resultado da extinção de posto de trabalho.

A conta de Gastos de depreciação e de amortização apresenta um desvio de -10.677€ em relação ao esperado e de -13.190€ em comparação ao ano anterior.

Por não se terem realizado os investimentos previstos para 2018, devido a terem surgido inesperadamente outros com maior prioridade, e por se terem concluído amortizações de alguns bens (lojas para rendimento).

A conta de Outros gastos e perdas registou uma ligeira redução (-988€) relativamente ao ano anterior, mas, comparando com o orçamento, registou um aumento de 3.826€ provocado pelo aumento do valor das bolsas pagas aos formandos. Este aumento nas bolsas foi originado pelo aumento do IAS, que serve de base para o cálculo da bolsa, e do valor do subsídio de almoço, sendo que este é igual ao valor máximo da função pública.

• RENDIMENTOS

O total de Rendimentos em 2018 foi de 1.491.341 euros.

Da análise do mapa seguinte, constata-se uma diferença negativa de 55.548€ (-3,6%) em comparação com o orçamento e de 20.237€ (-1,3%) relativamente à realização do ano de 2017.

RUBRICAS	VARIAÇÃO (c/a)	ORÇAMENTO (a)	2018 (c)	2017 (b)	VARIAÇÃO (c/b)
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas	-52,4%	3 685	1 754	3 226	-45,6%
Prestações de serviços	-2,1%	149 955	146 818	146 960	-0,1%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0
Subsídios à exploração	-3,0%	1 288 774	1 250 205	1 274 846	-1,9%
Outros rendimentos e ganhos	-17,2%	88 975	73 670	71 229	3,4%
Juros, dividendos e out.rendim.similares	21,9%	15 500	18 894	15 317	23,4%
TOTAL	-3,6%	1 546 889	1 491 341	1 511 578	-1,3%

O desvio negativo apurado nas contas de Vendas e Prestação de serviços relativamente ao valor orçamentado, resultou da forte redução de trabalhos para a Yazaki Saltano, na ordem dos 10.000€.

No que diz respeito à conta de Subsídios à exploração, a variação negativa de 2,1% comparativamente com o orçamento, foi provocado, principalmente, pela redução das comparticipações da Segurança Social (mais de 45.000€), provocadas pela nova forma de registo dos utentes nos mapas mensais, tendo originado vagas no CAO para as quais estamos a tentar ocupar com a maior brevidade.

Em Outros rendimentos e ganhos a variação negativa de mais de 17%, relativamente ao esperado, deveu-se à não consecução dos valores estimados para os rendimentos de refeitório e bar da nossa instituição.

Por último, a conta de Juros, dividendos e outros rendimentos similares mostra-nos um desvio positivo de 21,9%, resultado do fim da aplicação Maximus Invest.

[Handwritten signature]
702 1323€



• ANÁLISE FINANCEIRA

O resultado deficitário apresentado em 2018 (-187.680,28) apresenta um acréscimo do défice, em relação ao do ano anterior, de 53.945,36 euros. Como referido no início deste relatório, este resultado negativo se deve, principalmente, à redução das participações da Segurança Social e ao aumento verificado na conta de Gastos com o pessoal. A autonomia financeira (*), face ao balanço de 2018 regista o valor de 80 por cento. Por outro lado, o rácio de liquidez geral (**) em 2018 é de 3,07.

Os recursos financeiros líquidos sofreram uma redução de mais de 0,9 pontos percentuais. Estes recursos não incluem as verbas dos reembolsos solicitados e ainda não recebidos do POISE - tip. 3.01 e do Programa Escolhas e que devem ultrapassar os 155.700 euros.

• INVESTIMENTOS

No ano de 2018 registou-se um investimento real total de 22.010 euros. Estes investimentos foram distribuídos pelas diversas contas de investimentos sendo os mais significativos:

- Renovação canalizações da cozinha;
- Elevador de transferência;
- Elemento self-service banho-maria e refrigeração com vitrina para a cozinha; e
- Marmita a gás, também para a cozinha.

INVESTIMENTOS	2018	2017
Terrenos e recursos naturais	0	0
Edifícios e outras construções	5 928	26 659
Equipamento básico	16 082	2 247
Equipamento de transporte	0	16 121
Equipamento administrativo	0	6 914
Ferramentas e utensílios	0	176
Imobilizado em curso	0	6 837
TOTAL	22 010	58 953

(*) O Rácio de autonomia financeira é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da empresa através da determinação da proporção dos activos que são financiados com capital próprio. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

(**) O Rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da empresa, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a empresa tem pelo menos activos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Fonte: http://www.thinkfn.com/wikibolsa/R%C3%A1cio_de_liquidez_geral



BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES E ANEXOS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Anos	
			2018	2017
	ATIVO			
	Activo não corrente			
433+453+455-459	Activos fixos tangíveis	6/8	1 343 158,69	1 390 629,44
432+455-4329	Bens do património histórico e cultural			
42+452-459	Propriedades de investimento	9	9 991,44	24 979,99
44+454+455-459	Activos intangíveis			
41	Investimentos financeiros	21.a)	10 820,88	174 982,17
266+268-269	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
			1 363 971,01	1 590 591,60
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	11	2 955,10	2 998,77
211+212-219	Clientes	18.a).b)	10 719,75	11 973,15
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores			
24	Estado e outros entes públicos			
263+268-269	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	18.a)	582 970,78	605 122,62
281	Diferimentos	21.c)	4 292,86	3 991,38
14	Outros activos financeiros			
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4.a)-18.c)	1 650 214,81	1 665 203,80
			2 251 153,30	2 289 289,72
	Total do activo		3 615 124,31	3 879 881,32
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos patrimoniais			
51-261-262	Fundos	21.d)	20 810,00	20 795,00
52	Excedentes técnicos			
53	Outros instrumentos de capital próprio			
55	Reservas legais	21.d)	2 308 589,40	2 308 589,40
56	Resultados transitados	21.d)	(20 695,11)	113 039,81
58	Excedentes de revalorização			
59	Outras variações no capital próprio	14.a)-21.d)	760 811,03	771 011,59
818	Resultado líquido do período	21.d)	(187 680,28)	(133 734,92)
	Total do fundo de capital		2 881 835,04	3 079 700,88
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões			
25	Financiamentos obtidos			
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar			
			0,00	0,00
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	18.a)	37 412,32	36 777,95
218+276	Adiantamentos de clientes			
24	Estado e outros entes públicos	21.b)	28 387,97	53 071,84
264+265+268	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
25	Financiamentos obtidos			
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	18.a)	152 784,87	149 385,31
282+283	Diferimentos	21.c)	514 704,11	560 945,34
14	Outros passivos financeiros			
			733 289,27	800 180,44
	Total do Passivo		733 289,27	800 180,44
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 615 124,31	3 879 881,32

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Handwritten signature and the number 172-1393 in the bottom right corner.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DE 2018

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos		
			2018	2017	
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	12	148 571,75	150 186,39
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+	12- 14.b).c).d)	1 250 205,21	1 274 845,60
+73	Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
+74	Trabalhos para a própria entidade	+	12	0,00	0,00
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	11	(75 747,56)	(71 877,56)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-		(213 160,68)	(235 328,44)
-63	Gastos com pessoal	-	19	(1 232 688,91)	(1 166 506,32)
-652+7622	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
-671-672-673-674- 675-676-677-679+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
-678	Provisões específicas (aumentos/reduções)	-		0,00	0,00
-653-654-655-656- 657+7623+7624+762 5+7626+7627	Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	+	12	73 670,26	71 228,82
-68(excepto 685)- 6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	-		(77 752,25)	(78 739,92)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(126 902,18)	(56 191,43)
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6-9	(79 671,98)	(92 860,84)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(206 574,16)	(149 052,27)
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	+	12	18 893,88	15 317,35
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-		0,00	0,00
811	Resultado antes de impostos	=		(187 680,28)	(133 734,92)
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
818	Resultado líquido do período	=		(187 680,28)	(133 734,92)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2018

RUBRICAS	Anos		
	2018	2017	
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	+	224 023,99	218 228,33
Recebimentos de subsídios	+	1 094 505,21	1 006 692,81
Recebimentos de apoios	+		
Recebimentos de bolsas	+		
Pagamentos a fornecedores	-	(413 506,23)	(408 775,69)
Pagamentos ao pessoal	-	(749 099,82)	(713 193,48)
Caixa gerada pelas operações	+/-	155 923,15	102 951,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(89 336,79)	(74 501,25)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(93 786,64)	(178 160,16)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	(27 200,28)	(149 709,44)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			



Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-		
Activos intangíveis		-		
Investimentos financeiros		-		
Outros activos		-		
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+		
Activos intangíveis		+		
Investimentos financeiros		+		
Outros activos		+		
Subsídios ao investimento		+		
Juros e rendimentos similares		+		
Dividendos		+		
			12 412,35	12 595,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	12 412,35	12 595,51
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+		
Realizações de fundos		+		
Cobertura de prejuízos		+		
Doações		+	410,00	15 170,00
Outras operações de financiamento		+		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-		
Juros e gastos similares		-	(611,06)	(363,52)
Dividendos		-		
Reduções de fundos		-		
Outras operações de financiamento		-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		(201,06)	14 806,48
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		(14 988,99)	(122 307,45)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	1 665 203,80	1 787 511,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	1 650 214,81	1 665 203,80

[Handwritten signatures and initials]

12- ANEXO ANO DE 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: CERCIVAR – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Ovar, C.R.L.

1.2. Sede: Rua da Cercivar – Ovar (3880-161)

1.3. NIPC: 500 594 171

1.4. Natureza da Atividade: A CERCIVAR é uma cooperativa criada em 1976, declarada de Utilidade Pública em 1980 e equiparada a IPSS desde 2002. Tem como objetivo fundamental a educação, a integração profissional e social, a formação, o atendimento ocupacional e residencial de pessoas e grupos socialmente mais vulneráveis.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

[Handwritten signature and date: 17/03/19]



As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36A/2011, de 9 de Março de 2011, e que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2010.

Os instrumentos legais são os seguintes:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março de 2011 (NCRF-ESNL).
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março de 2011 (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL).
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março de 2011 (Código de contas específico para às ESNL).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória.

Em 31 de dezembro de 2011, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da CERCIVAR, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 8 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 4 e 8 anos



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela Instituição.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimentos em utilização, são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

IMPARIIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e Matérias-Primas

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo serão valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO



O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data do relato pode ser valorizado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem.

Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios recebíveis pela entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior são reconhecidos como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos existentes em moeda estrangeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, serão registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS



Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de "outros terceiros" ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outras retribuições adicionais decididas pela Direção da Instituição.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo sempre pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como, as quantias de rendimentos e gastos do período.



3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registros contábilísticos da CERCIVAR.

4. FLUXOS DE CAIXA

- a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários - Ativos		
Caixa	1 000,00	1 000,00
Depósitos bancários	89 214,81	39 203,80
Outros depósitos bancários	1 560 000,00	1 625 000,00
Total	1 650 214,81	1 665 203,80

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram realizadas alterações nas políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.
- d) Destacam-se: renovação canalizações da cozinha; elevador de transferência; elemento self-service banho-maria e outro de refrigeração com vitrina para a cozinha e marmita a gás, também para a cozinha.

Descrição	31.12.2017	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31.12.2018
Terrenos e recursos naturais	663 909,80						663 909,80
Edifícios e outras construções	1 909 143,94	5 928,60					1 915 072,54
Equipamento básico	318 703,12	16 081,64			6 169,68		328 615,08
Equipamento de transporte	451 755,23						451 755,23
Equipamentos administrativo	112 469,47						112 469,47
Outros ativos tangíveis	24 981,78						24 981,78
Investimentos em curso - ativos fixos tangíveis	45 914,74					4 797,56	41 117,17
Ativo tangível bruto	3 526 878,08	22 010,24	0,00	0,00	6 169,68	4 797,56	3 537 921,07
Depreciações acumuladas	2 136 248,64	64 683,43			6 169,68		2 194 762,39
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	2 136 248,64	64 683,43	0,00	0,00	6 169,68	0,00	2 194 762,39
Ativo tangível líquido	1 390 629,44	-42 673,19	0,00	0,00	0,00	4 797,56	1 343 158,68

7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

8. LOCAÇÕES



Locação operacional

- a) Contrato de aluguer operacional relativo a duas máquinas fotocopiadoras cujo valor líquido foi de 12.000,00€.
- b) Total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Rendas	2019
GRENKE	1 500,00

A locação operacional não garante reserva de propriedade do bem locado.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

- a) A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adoptada consultar a nota 3.
- b) Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Propriedade de investimento	Montante Rendimentos 2018
Fracção A - Rua F. Castro	12 000,00
Fracção E - Rua F. Castro	4 800,00
Fracção H - Rua F. Castro	6 665,34
Fracção F - Rua Gomes Freire	3 300,00
Fracção AD/AE - Rua Gomes Freire	6 300,00
Fracção A - Rua Gomes Freire	7 800,00

- c) Variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período:

Descrição	Quantia bruta inicial	Depreciações acumuladas iniciais	Perdas por imparidade e reversões acumuladas iniciais	Quantia líquida escriturada inicial	Depreciações reconhecidas no período	Saldo no final do período
Fracção A - Rua F. Castro	99 340,59	99 340,59		0,00		0,00
Fracção E - Rua F. Castro	82 826,39	82 826,39		0,00		0,00
Fracção H - Rua F. Castro	99 340,59	99 340,59		0,00		0,00
Fracção F - Rua Gomes Freire	108 266,74	105 560,11		2 706,63	2 706,63	0,00
Fracção AD - Rua Gomes Freire	169 271,03	165 039,27		4 231,76	4 231,76	0,00
Fracção AE - Rua Gomes Freire	122 176,41	119 122,00		3 054,41	3 054,41	0,00
Fracção A - Rua Gomes Freire	199 829,91	184 842,72		14 987,19	4 995,75	9 991,44

As taxas de depreciações utilizadas são 5% sendo que desde 2011 se optou pela redução de 50% da mesma.

10. CUSTOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

11. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio de Inventário Permanente.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto em 31.12.2018 detalha-se como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo
Saldo inicial	0,00	2 998,77



Compras	0,00	75 703,89
Regularização de existências	0,00	0,00
Saldo final	0,00	2 955,10
Gastos no exercício	0,00	75 747,56

[Handwritten signatures and initials]

12. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito em 31.12.2018:

RÚBRICAS	31.12.2018
Vendas	1 753,58
Produtos acabados e intermédio	1 753,58
Prestação de serviços	146 818,17
Mensalidades	116 002,11
Serviços secundários	30 816,06
Subsídios, doações e leg. à exploração	1 250 205,21
Subs. do estado e out. entes públicos	1 237 369,89
CRSS - Centro regional segurança social	807 846,31
Financiamentos Comunitários	280 402,32
Autarquias	13 664,00
Câmara Municipal de Ovar	12 914,00
União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	750,00
Ministério da Educação	133 575,85
Centro de emprego de Aveiro	1 881,41
Subs. de outras entidades	807,09
Donativos	12 028,23
Outros rendimentos e ganhos	73 670,26
Rendimentos suplementares	16 064,84
Rendimentos e Ganhos em Invest.não Financ.	40 865,34
Outros	16 543,32
Juros, dividendos e out.rend.similares	18 893,88
Juros obtidos	18 893,88

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

14. SUBSÍDIO E OUTROS APOIOS

- a) Quantias dos subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem:

DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.	TAXA DEPREC.	VALORES ANUAIS DAS DEPRECIACÕES	VALOR LIQ. 31.12.2017	MOVIMENTOS NO ANO P/Rendimentos	VALOR LIQ. 31.12.2018
SUBSÍDIOS							
C.Municipal de Ovar - Sistema deteção incêndios	2011	4 618,87			923,80	-461,88	461,92
TOTAL SUBS.- SIST.DETEÇÃO INCÊNDIOS		4 618,87			923,80	-461,88	461,92
INVESTIMENTO							

[Handwritten signature and number 701333]



Sistema deteção incêndios	2011	17 992,57	10%	1 799,26	5 397,75		3 598,49
TOTAL INVEST.- SIST.DETEÇÃO INCÊNDIOS		17 992,57		1 799,26	5 397,75		3 598,49
SUBSIDIOS							
ROTARY CLUB DE OVAR - Sala Snoezelen	2011	1 331,40			291,12	166,44	124,68
ROTARY CLUB DE OVAR - Sala Snoezelen	2012	1 500,00			374,88	187,52	187,36
TOTAL SUBS.- SALA SNOEZELEN		2 831,40			666,00	353,96	312,04
INVESTIMENTO							
Sala Snoezelen	2011	4 809,42	12,5%	601,18	601,16		0,00
TOTAL INVEST.- SALA SNOEZELEN		4 809,42		601,18	601,16		0,00
C. Municipal de Ovar - Campo de futebol	2014	5 000,00			3 208,31	500,00	2 708,31
TOTAL SUBS.- SIST.DETEÇÃO INCÊNDIOS		5 000,00			3 208,31	500,00	2 708,31
INVESTIMENTO							
Campo de futebol	2014	30 229,18	10%	3 022,92	19 397,05		16 374,13
TOTAL INVEST.- SIST.DETEÇÃO INCÊNDIOS		30 229,18		3 022,92	19 397,05		16 374,13
SUBSIDIOS							
POPH tipologia 6.12-3 Residências Autónomas	2013	316 158,84		6 323,16	290 339,27	6 323,16	284 016,11
C. Municipal de Ovar - 3 Residências Autónomas	2013	40 534,38		810,69	37 224,07	810,69	36 413,38
TOTAL SUBS. CONSTRUÇÃO 3 RESIDÊNCIAS		356 693,22		6 323,16	327 563,34	7 133,85	320 429,49
INVESTIMENTO							
Residências Autónomas - 3 edificações	2013	464 108,48	2%	9 282,17	426 206,29		416 924,12
TOTAL INVEST.- CONST. 3 RESIDÊNCIAS		464 108,48		9 282,17	426 206,29		416 924,12
Mais Centro 2013	2015	26 263,59			21 010,95	1 750,88	19 260,07
TOTAL SUBS.- SIST.EFICIÊNCIA ENERGÉTICA		26 263,59			21 010,95	1 750,88	19 260,07
INVESTIMENTO							
Instalação eficiência energética	2015	33 677,40	7%	2 242,91	26 948,67		24 705,76
TOTAL INVEST.- SIST.EFICIÊNCIA ENERGÉTICA		33 677,40		2 242,91	26 948,67		24 705,76

b) Subsídio recebidos como compensação dos gastos incorridos em 2018:

DESCRIÇÕES	Ano início utilização	Valor contratualizado	Valor utilizado/recebido em anos anteriores	Reembolsos recebidos em 2017	Valor estimado a receber 2018
Formação prof. - POISE tip.3.01 Proj.000077	2016-2018	867 360,61	344 669,87	117 931,39	31 100,00
Formação prof. - POISE tip.3.01 Proj.000185	2018-2020	851 379,57	0,00	73 018,39	397 800,00
Programa Escolhas	2016-2018	182 288,60	83 067,19	66 674,70	26 800,00

c) Apoios recebidos no ano, dos contratos/protocolos existentes com organismos do Estado e registados como rendimentos:

CRSS - Centro Regional Segurança Social (CAO - Lar - SAD - R.A.)	807 846,31
Financiamentos Comunitários	280 402,32
Câmara Municipal de Ovar	12 914,00
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	750,00
Ministério da educação	133 575,85
IEFP	1 881,41
Outras Entidades	807,09



d) Principais doadores:

Entidades	Valor		%
	Em numerário	Em espécie	
Particulares	9 367,62	0,00	77,9%
Empresas	2 384,00	276,61	22,1%
Soma	11 751,62	276,61	100,0%

15. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

17. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

Não aplicável.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

a) Fornecedores/ clientes/ outras contas a receber e a pagar:

Entidades	31.12.2018			31.12.2017
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Total
Ativo				
Inventários	2 955,10		2 955,10	2 996,77
Clientes	10 719,75	2 503,33	8 216,42	11 973,15
Outras contas a receber	579 408,38		579 408,38	605 122,62
Devedores por acréscimos rendimentos	6 200,02		6 200,02	8 272,71
Juros a receber	6 200,02		6 200,02	8 272,71
Entidades setor público administrativo	573 208,36		573 208,36	596 849,91
POISE-IEFP tip. 3.01 e Programa Escolhas	573 208,36		573 208,36	596 849,91
Outros devedores e credores div.	3 562,40		3 562,40	0,00
Total do ativo	596 645,63	2 503,33	594 142,30	620 094,54
Passivo				
Fornecedores	37 412,32		37 412,32	36 744,94
Estado e outros entes públicos	28 387,97		28 387,97	53 071,84
Pessoal	861,63		861,63	440,50
Outras contas a pagar	151 694,29		151 694,29	148 355,49
Fornecedores de investimentos	15 114,40		15 114,40	19 797,56
Credores por acréscimos de gastos	136 579,89		136 579,89	128 557,93
Remunerações e encargos a liquidar	136 579,89		136 579,89	128 557,93
Outras despesas diferidas	0,00		0,00	0,00
Outros devedores diversos	228,95		228,95	589,32
Total do passivo	218 585,16	0,00	218 585,16	239 202,09
Total líquido	378 060,47	2 503,33	375 557,14	382 019,95

b) Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com antiguidade dos valores em dívida	Dívidas de clientes	Dívidas de utentes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes e utentes	%



Dívidas a receber				
Clientes e utentes				
Superior a 24 meses	2.503,33	0,00	2.503,33	100%

c) Caixa e depósitos bancários

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	1 000,00	1 000,00
Depósitos bancários	89 214,81	39 203,80
Outros depósitos bancários	1 560 000,00	1 625 000,00
Total	1 650 214,81	1 665 203,80

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com o pessoal	31.12.2018	31.12.2017
Remunerações do pessoal	994 793,36	944 299,96
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações do pessoal	211 770,74	194 374,98
Seg.acidentes trabalho e doenças profissionais	15 413,45	14 832,23
Outros gastos	10 711,36	12 999,15
Total	1 232 688,91	1 166 506,32

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com: medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

Os órgãos diretivos, não remunerados, são constituídos por:

Órgãos diretivos	Nº de membros em 31.12.2018	Nº de membros em 31.12.2017
Direção	7	7
Presidente	1	1
Vice-Presidente	1	1
Secretário	1	1
Tesoureiro	1	1
Vogal	1	1
Suplente	2	2
Conselho Fiscal	3	3
Presidente	1	1
Vogal	2	2
Assembleia-Geral	3	3
Presidente	1	1
Vice-Presidente	1	1
Secretário	1	1

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Decomposição de outras contas.

a) INVESTIMENTOS Financeiros

Toc 13739



INVESTIMENTO FINANCEIRO	Saldo inicial do período	Reforços	Rendimento do período	Abate	Saldo no final do período
AXA - MAXIMUS INVEST	166 196,44		8 097,61	174 294,05	0,00
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	5 648,92	2 035,15	0,00		7 684,07
FUNDO REESTRUTURAÇÃO SETOR SOLIDÁRIO	3 136,81	0,00	0,00		3 136,81

b) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e outros entes públicos	31.12.2018	31.12.2017
	Corrente	Corrente
Imposto sobre o rendimento	6 383,50	10 768,50
Imposto sobre o valor acrescentado	106,54	1 331,79
Contribuições para a segurança social	21 425,49	40 443,26
Contribuições para caixa geral aposentações	472,44	528,29
Total	28 387,97	53 071,84

c) DIFERIMENTOS

No Passivo e na conta de Subsídio setor público em 31.12.2016 apresenta os valores aprovados em candidaturas dos projetos do Programa Escolhas E6G (133.869,07€) e da tipologia 3.01 - Formação Profissional (697.060,61€), sendo esta última verba referente a 3 anos. Em complemento ver nota 14-b).

Diferimentos	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		Corrente
Gastos a reconhecer	4 292,86	3 991,38
Seguros	4 292,86	3 991,38
Outros gastos	4 292,86	3 991,38
Passivo		Corrente
Rendimentos a reconhecer	514 704,11	560 945,34
Subsídio setor público	514 704,11	560 945,34
Terreno futuras obras	514 704,11	560 945,34

d) FUNDO SOCIAL

DESCRIÇÃO		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2016	1	20 700,00	2 308 589,40	(979 158,39)	1 873 410,35		3 223 541,36	3 223 541,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							0,00	
Aplicação do resultado do período anterior							0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(10 200,56)	(10 200,56)
				1 092 198,20	(1 102 398,76)			



RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO EXTENSIVO OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	2	0,00	0,00	1 092 198,20	(1 102 398,76)	0,00	(10 200,56)	(10 200,56)
	3					(133 734,92)	(133 734,92)	(133 734,92)
	4=2+3						(143 935,48)	(143 935,48)
	5	95,00					95,00	95,00
	6=1+2+3+5	20 795,00	2 308 589,40	113 039,81	771 011,59	(133 734,92)	3 079 700,88	3 079 700,88
POSIÇÃO EM 31.12.2016								

DESCRIÇÃO		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2017	1	20 795,00	2 308 589,40	113 039,81	771 011,59	(133 734,92)	3 079 700,88	3 079 700,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado do período anterior				(133 734,92)		133 734,92		0,00
Alterações de políticas contábilísticas								0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2				(10 200,56)		(10 200,56)	(10 200,56)
		0,00	0,00	(133 734,92)	(10 200,56)	133 734,92	(10 200,56)	(10 200,56)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(187 680,28)	(187 680,28)	(187 680,28)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						(197 880,84)	(197 880,84)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos		15,00					15,00	15,00
Subsídios, doações e legados							0,00	0,00
Outras operações								
	5	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	15,00
POSIÇÃO EM 31.12.2017	6=1+2+3+5	20 810,00	2 308 589,40	(20 695,11)	760 811,03	(187 680,28)	2 881 835,04	2 881 835,04

TCC 13739



13- PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 - Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, nomeadamente ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do artigo 41º dos Estatutos da CERCIVAR - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Ovar, C.R.L., vimos apresentar Parecer do Conselho Fiscal, sobre o Relatório Anual e as Contas relativas ao ano económico de 2018.

2 - Nos termos da alínea d) n.º 4, do artigo 33º dos Estatutos da Cooperativa, é da competência da Direcção organizar a escrituração das receitas e despesas da Cooperativa e elaborar e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e votação da Assembleia Geral, de acordo com o n.º 2, do artigo 26º. dos mesmos Estatutos, o Relatório Anual e as Contas do exercício;

3 - Ao longo do ano de 2018 acompanhamos de forma regular a actividade da cooperativa e procedemos às verificações, sobretudo dos movimentos contabilísticos, que julgámos adequadas, tendo reunido, várias vezes, com os membros da Direcção;

4 - Tendo sido presente a este Conselho Fiscal o Relatório Anual, as Contas e demais elementos contabilísticos e financeiros do exercício de 2018, incluindo reconciliações bancárias e certidões de situação contributiva e fiscal regularizada, as verificações julgadas oportunas e adequadas por nós efetuadas atestam a conformidade das demonstrações financeiras apresentadas com os princípios contabilísticos geralmente aceites respeitando ainda os Estatutos da Cooperativa;

5 - O Resultado Líquido do exercício fixou-se em 187.680,28 euros negativos, o Balanço final apresentado evidencia um Ativo Líquido de 3.615.124,31 euros, um Passivo de 733.289,27 euros, e Fundo de capital de 2.881.835,04 euros;

6 - Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis e que não esteja reflectida nas respectivas Demonstrações Financeiras;

7 - Assim, em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras reportadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Instituição em 31 de Dezembro de 2018, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;

8 - Sem afetar a nossa opinião, chamamos, no entanto, a atenção para os seguintes aspectos:

A sustentabilidade da Instituição continua a ser a principal preocupação que temos manifestado em todos os nossos pareceres anteriores. Mais uma vez o queremos demonstrar e, embora o desvio verificado face ao orçamento aprovado para 2018 esteja perfeitamente justificado pelo aumento da atividade e pelas contingências enumeradas, parece-nos, no entanto, que os gastos com as horas extraordinárias, bem como a indemnização e compensações por cessação e fim de contratos, devem merecer uma cuidada e ponderada análise para que as decisões penalizem o menos possível a Instituição. Dissemo-lo em relação ao ano anterior, e hoje voltamos a lembrar, que o desvio do orçamento deste ano fez aumentar a preocupação em relação à sustentabilidade;

Como também o temos sugerido em pareceres anteriores, continuamos com a opinião de que devem ser feitos esforços no sentido de se fazer uma profunda análise ao funcionamento das várias Valências da Instituição e, caso se conclua que se deve reenquadrar ou mesmo extinguir alguma delas em proveito do futuro da Instituição, aceitaremos essa conclusão;

9 - Tendo em atenção os juízos formulados, emite-se o seguinte parecer:

Que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, nomeadamente o Balanço, as Demonstrações de Resultados e Anexos e bem assim o Relatório Anual da Direcção;

Que seja aprovada a proposta de Aplicação de Resultados Líquidos de 2018, apresentada pela Direcção.

Ovar, 23 de Março de 2019.

O Conselho Fiscal;
Álvaro Manuel Silva Pinto Ribeiro
Álvaro Leite Silva
Mário Oliveira Gomes Leite